

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Telegram apaga texto contra PL das Fake News

Moraes ameaçou tirar plataforma do ar por período de 72 horas

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Telegram apagou ontem texto contra o Projeto de Lei (PL) das Fake News que havia publicado no dia anterior. A medida ocorre após determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que ameaçou tirar o Telegram do ar por um prazo de 72 horas caso o serviço de mensagens não removesse textos que teriam distorções sobre o projeto de lei, que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Relator do inquérito das fake news na corte, Moraes determinou em decisão desta quarta-feira que a remoção do conteúdo deveria ocorrer no prazo de uma hora, a contar da intimação da defesa da empresa.

Na terça-feira, a empresa publicou a mensagem em um de seus canais e enviou a usuários do aplicativo uma notificação com uma mensagem contra o Projeto de Lei 2.630, que está em tramitação na Câmara dos Deputados. A empresa afirmou que “o Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão”.

Integrantes do governo Lula (PT), do Congresso Nacional e do Ministério Público reagiram à mensagem. Segundo o texto do Telegram, o projeto daria ao governo “poderes de censura sem supervisão judicial prévia”. A empresa estimula os usuários a entrarem em contato com deputados.

O texto do projeto de lei não dá ao governo federal ou outro órgão



Ministro Alexandre de Moraes é relator do inquérito no Supremo

administrativo o poder de determinar que conteúdos específicos devam ser removidos das redes.

Apesar de não delegar esse tipo de poder, traz obrigações às plataformas relativas a isso, como combater a disseminação de posts que configurem crimes contra Estado democrático, contra criança e adolescente, racismo, entre outros.

No texto enviado aos usuários, o Telegram afirma que “a democracia está sob ataque no Brasil” e diz que a Câmara deve votar o projeto em breve, criticando a alteração do texto, que teve novos artigos incluídos.

“Veja como esse projeto de lei matará a internet moderna se for aprovado com a redação atual. Caso seja aprovado, empresas como o Telegram podem ter que deixar de prestar serviços no Brasil”, diz a nota do canal de mensagens.

“Esse projeto de lei permite que o governo limite o que pode ser dito online ao forçar os aplicativos a removerem proativamente fatos ou opiniões que ele considera inaceitáveis e suspenda qualquer serviço de internet - sem uma ordem judicial”, afirma a empresa.

Ainda na terça-feira, a Folha de S.Paulo questionou o Telegram qual o objetivo do envio da mensagem e para quais usuários ela foi enviada. Também perguntou quais artigos do projeto permitiam falar em “censura” e “fim da liberdade de expressão”.

A empresa não respondeu a quem a mensagem foi enviada e disse que sua “equipe jurídica realizou uma análise minuciosa das alterações introduzidas ao PL” e enviou link de texto mais detalhado e que também pode ser acessado pela mensagem disparada.

Conselhão tem maioria de empresários homens do Sudeste

/ GOVERNO FEDERAL

Um terço do Conselho do presidente Lula, instalado na semana passada para a atuação no terceiro mandato do petista, é formado por homens do setor empresarial, e a maior parte vem do Sudeste. A iniciativa privada domina o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável com 43% de participação, seguida por organizações do terceiro setor (22% do conselho), profissionais liberais ou acadêmicos (21%), sindicatos (10%) e artistas ou influenciadores digitais (4%).

Levantamento do DeltaFolha mostra que a distribuição de gênero é desigual nos setores privado e

sindicalista, também dominado por homens. Em áreas como ONGs, associações, academia e meio artístico, as mulheres são maioria.

No total, são 60% de homens contra 40% de mulheres - proporção feminina abaixo da média da população geral brasileira, que tem 51,1% de mulheres contra 48,9% de homens, segundo o IBGE. Uma pessoa se declarou travesti nas 245 biografias divulgadas pelo governo.

A diversidade foi uma de suas promessas de campanha. Embora a participação feminina seja recorde neste governo (dos 37 ministérios, 11 são ocupados por mulheres), a representação é inferior a um terço da Esplanada.

No grupo de atuação empresarial, há 28 mulheres executivas ou empresárias (27% desse setor). A lista tem nomes como Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza, Tânia Cosentino, da Microsoft, Leila Pereira, da Crefisa e atual presidente do Palmeiras, Cristina Junqueira, do Nubank, e Silvia Penna, da Uber.

Dentre os homens desse segmento, há maior representatividade dos setores econômicos, que vai de bancos, agronegócio e telefonia a fintechs e big techs, como Google e Facebook. O setor sindicalista, reduzido fiel de Lula, tem somente nove mulheres (36%). A participação feminina é maior (54%) no grupo de profissionais liberais e acadêmicos.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Enfermeiros querem nomeação já

Há menos de um mês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PL) assinou projeto de lei do Congresso Nacional, reservando R\$ 7,3 bilhões no orçamento da União para garantir o novo piso salarial da enfermagem. O texto tramita em regime de urgência nas duas casas do Legislativo. Porém, os problemas desse importante segmento da saúde não se esgotam nessa atualização salarial e já há outro grupo pedindo a decisiva atuação do governo.

Olha nós aqui!

Num vistoso painel próximo do Aeroporto de Brasília, profissionais da área da saúde aprovados em concurso pedem as nomeações do governo federal. O painel está num trecho de passagem obrigatória dos políticos que vão para a Esplanada dos Ministérios e para o Congresso Nacional.

Dez mil profissionais

A espera pelas nomeações já dura mais de três anos. “Fomos abandonados”, protesta uma das líderes do movimento, Roseane Márcia de Souza Lima, uma piauiense que trabalha em Curitiba, concursada aguardando o chamamento. “Desde 2019, 10 mil profissionais aprovados em concurso aguardam convocação. Por enquanto, só 3 mil foram chamados”, critica a enfermeira.

Especialistas na espera

Na fila de espera pela nomeação estão enfermeiros, técnicos de enfermagem, médicos, psicólogos, farmacêuticos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, nutricionistas, técnicos administrativos, administradores, técnicos de análises clínicas.

Novo concurso

O mais surpreendente nessa situação é que o governo federal, mesmo tendo pessoal habilitado para assumir, prepara a realização de novo concurso. Quem faz isso é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH (empresa pública de direito privado vinculada ao MEC), que na quarta-feira passada publicou a Portaria 91/2023 para contratar organização que aplique provas (de concurso) “para atender à demanda da EBSERH”. Ora, a “demanda” está comprovada! Então, por que gastar verba pública se há profissionais prontos para assumir? “Será que não querem chamar os aprovados porque o concurso foi realizado no governo anterior? Estamos sendo esquecidos por um governo que ajudamos a eleger”, aponta Roseane Márcia de Souza Lima.

Indignação com o MEC

Segundo Roseane, “só na região Sul são 2,5 mil pessoas que investiram, estudaram e passaram no concurso. Tem vagas e necessidade do trabalho dos profissionais nos diversos hospitais universitários do País e nada é feito pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares”.

Furando fila

Nos dois anos e tanto da recente pandemia, os profissionais da enfermagem, além de expostos aos riscos de contaminação, chegavam à exaustão pelas horas de trabalho sem folga. Foi quando muito se falou na contratação de pessoal habilitado. Mas, conforme Roseane Márcia, “o governo foi colocando nas vagas pessoas não concursadas, alegando que eram contratações de emergência, deixando para trás os que aguardam para assumir”.

Manifestações em Brasília

Simultaneamente a essa cobrança exposta no painel próximo ao Aeroporto de Brasília, as lideranças dos trabalhadores em saúde aprovados no concurso terão reuniões com os parlamentares no Congresso Nacional, pedindo uma solução imediata à falta de nomeações. E também pedirão o cumprimento do calendário de contratações, inclusive com o acompanhamento do Ministério Público Federal.